



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Superintendência Regional Sudeste II
Gerência Executiva Rio De Janeiro - Centro
Serviço De Administração
Seção De Logística, Licitação e Contratos e Engenharia

Atestado de Capacidade Técnica

Processo nº 35014.297929/2020-29

Interessado: KM COMÉRCIO E SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI

Atestamos para fins de cadastramento e licitações junto a Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, empresas Públicas, Autarquias, Sociedades Mistas e Empresas Privadas, que a empresa KM COMERCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.413.147/0001-10, sediada na Rua Santiago, nº28, QD 05-LT2-CS01-Jardim Panamá-Duque de Caxias – Rio de Janeiro / RJ – Cep.: 25086-350 e-mail: kmcomserveconst@gmail.com – Telefone: (21) 3848-2277, forneceu e instalou 03(três) novos equipamentos de ar condicionado do tipo split, marca Hitachi, para dutos, com condensadores remotos, a serem interligados as redes de dutos existentes nas dependências da APS MEIER, situada na Rua Aristides Caire, 218, Meier/RJ no período 19/08/2019 a 18/11/2019, através do Contrato nº 11/2019 – Processo nº 35301.001777/2017-38 -Pregão Eletrônico nº 02/2019.

Informamos que o responsável pelo fornecimento e execução dos serviços junto ao INSS foi representado pelo Sr. Kleiton Guedes Pereira - RG N.º 2017.812-91 e que os mesmos foram realizados junto a esta Gerência.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2020.

Caio Maia Figueiredo

Gerente Executivo



Documento assinado eletronicamente por CAIO MAIA FIGUEIREDO, Gerente Executivo, em 12/11/2020, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2103899 e o código CRC 6AD12102.

Marcio Lima



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

TERMO DE CONTRATO Nº 11/2019
PROCESSO Nº 35301.001777/2017-38
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, POR MEIO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS NO RIO DE JANEIRO - CENTRO E A EMPRESA KM COMERCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, PARA O FORNECIMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (MEIER)

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/0219-03, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, por meio de sua Gerência Executiva em Rio de Janeiro/Centro, com sede na Rua Pedro Lessa, nº 36, 4º andar, sala 420, Centro, na cidade de Rio de Janeiro, Estado de RJ, neste ato representado pelo seu Gerente Executivo, Sr. Caio Maia de Figueiredo, matrícula Nº 1.635.220, designado pela Portaria/INSS/nº 2443, de 28/08/2018, publicada no DOU nº 167, de 29/08/2019, portadora da Cédula de Identidade RG nº 98010358200, expedida por SSP/CE e CPF/MF nº 640.950.613-91 e a empresa **KM COMERCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, com sede na Rua Santiago, nº 28, QD 05 – Lt 2 – CS 01 – Jardim Panamá, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF nº 20.413.147/0001-10 representada neste ato pelo seu Administrador, Sr. Kleiton Guedes Pereira, portador da Cédula de Identidade RG nº 2017.812-91, expedida por DETRAN/RJ e CPF/MF Nº 099.554.307-02, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **35301.001777/2017-38**, pelo qual foi homologado do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 02/2019 e, em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado e demais equipamentos, além da execução de serviços de engenharia para a instalação dos mesmos e das redes de dutos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, com a finalidade de atender às necessidades das unidades vinculadas à Gerência Executiva do INSS em Rio de Janeiro-Centro.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA**, datada de 10/06/2019 e seus Anexos, quando houver, e demais elementos constantes do referido processo. Kgf

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e também, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais).

Item	Especificação	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
02	Fornecimento e instalação completa de 3 novos equipamentos de ar condicionado do tipo split para dutos, com condensadores remotos, a serem interligados às redes de dutos existentes na APS Meier, situada na Rua Aristides Caire, 218, Meier-RJ. Os serviços abrangem a substituição completa dos equipamentos antigos (self containeds e condensadores) por 3 novos splits para dutos, com condensadores remotos, resfriados a ar, incluindo fornecimento e instalação de peças, materiais e componentes necessários à realização desses serviços.	03	Hitachi	45.333,33	136.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da **CONTRATADA** ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a **CONTRATADA** deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O disposto no parágrafo anterior se aplica ainda que se trate de eventos futuros e incertos.

PARÁGRAFO QUARTO - Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do INSS, para o exercício de 2019, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 09271206125930001 ; Natureza da Despesa: 4490.52; Fonte de Recursos: 0151000000; Plano Interno: MATPERM



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 800107 de 09/08/2019, no valor de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), correspondente ao período de 09/08/2019 a 31/12/2019 do exercício em curso.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Contrato é de **60 (sessenta)** dias corridos, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega e instalação do material será de, no máximo, de **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data da assinatura deste instrumento, **acrescidos de 30 (trinta) dias corridos** para solução de eventuais pendências verificadas entre o recebimento provisório e o definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de entrega do material poderá ser prorrogado, sem efeito suspensivo, mediante pedido da **CONTRATADA**, por escrito, apresentando as razões do pedido, por escrito, e será decidido pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/93:

- a) **Provisoriamente**, no ato da entrega do material, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência;
- b) **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e consequente aceitação pelo servidor devidamente designado para tal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS LOCAIS ONDE SERÁ ENTREGUE O MATERIAL

O material será entregue, no prazo e no quantitativo ajustados, nas Unidades Vinculadas à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro-Centro, em dias úteis, no horário das 10:00h. às 16:00 horas, nos endereços indicados no Termo de Referência – Anexo I do Edital correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DO MATERIAL

Independentemente do aceite do material pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade do material pelo prazo de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou prazo estabelecido pelo produtor ou fabricante, o que for maior, contado da data do seu recebimento definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia do material permanece vigente mesmo após expirado o prazo de vigência do Contrato e seu descumprimento ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

I.1 – Cabe ao CONTRATANTE:

- a) Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a entrega do material;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;
- c) Pagar a **CONTRATADA** na forma prevista neste Contrato;
- d) Fiscalizar a execução do Contrato.

II – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

II.1 – Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) fornecer o material rigorosamente de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Edital correspondente;
- b) efetuar a troca, às suas expensas e no prazo de 08 (oito) dias corridos, do material que, por não atender as especificações do objeto contratado, vier a ser, justificadamente, recusado pelo **CONTRATANTE**;
- c) a contar do recebimento da solicitação, sendo que o ato de recebimento não importará aceitação;
- d) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do **CONTRATANTE**;
- e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;
- f) comunicar à Administração do **CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- g) manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;
- h) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação;
- i) comunicar, por escrito, o **CONTRATANTE** no caso de fusão, cisão ou incorporação cujas mudanças só serão aceitas se destas transformações não resultarem prejuízos ao fornecimento dos materiais e se mantidas pela nova empresa as condições de habilitação e as demais estabelecidas no Edital do Pregão correspondente e neste Contrato;
- j) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- k) independentemente da aceitação do material pelo **CONTRATANTE**, garantir a sua qualidade pelo prazo expresso na Proposta;
- l) todo material entregue deve vir embalado e conter indicação de data de fabricação e/ou prazo de validade e identificação da empresa;
- m) ocorrendo mudança de endereço de alguma Unidade Vinculada à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro-Centro, durante a vigência deste instrumento, obriga-se a entregar o material no novo endereço, arcando com as despesas decorrentes, se houver;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

- n) responsabilizar-se pelas despesas relativas ao transporte e a entrega do material, inclusive as relativas a carga e descarga e aquelas decorrentes de mudança de endereço para entrega;
- o) relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada durante a execução do fornecimento;
- p) comunicar ao **CONTRATANTE** os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 05 (cinco) dias corridos contado da ocorrência, e apresentar os documentos comprobatórios, sob pena de não serem considerados;
- q) responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo **CONTRATANTE**, nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017, Capítulo V.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** no cumprimento de suas obrigações contratuais, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fiscalizador do Contrato pode sustar a execução em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A atestação de conformidade do fornecimento cabe à fiscalização ou a outro servidor expressamente designado para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária para depósito em conta corrente da empresa **CONTRATADA**, após a apresentação dos seguintes documentos e uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, contendo o detalhamento do material entregue, com o atesto do recebimento definitivo pelo setor competente (gestor ou comissão de recebimento), acompanhada do;
- b) Comprovante da regularidade fiscal, verificada por meio de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para o processamento do pagamento através de depósito bancário a **CONTRATADA** deverá fornecer os seguintes dados: a) banco: nome e código; b) agência: nome e código e c) número da conta corrente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Verificada a existência de irregularidade fiscal perante o SICAF, a empresa, sem prejuízo do pagamento, será notificada da ocorrência, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, contado do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não obsta a efetuação do pagamento a existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa **CONTRATADA**, por órgão da Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

de dezembro de 2006 e alterações posteriores, fica dispensada das retenções, conforme dispuser as normas vigentes.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica a **CONTRATADA** obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES.

PARÁGRAFO SEXTO - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada ou na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira:

- a) ateste de conformidade do material entregue com as especificações contratadas;
- b) apresentação da comprovação da documentação discriminada no *caput* desta Cláusula;
- e
- c) garantia contratual vigente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Ocorrendo atraso no pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, à base de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

EM = I x N x VP onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso; e

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

I = índice de atualização financeira:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

PARÁGRAFO NONO - O **CONTRATANTE** não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos materiais ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA**, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do material até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, a **CONTRATADA**, no curso da execução do Contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

I - na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) multa de 5% do valor do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas no inciso III desta Cláusula.

II - na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo **CONTRATANTE**, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,16% (zero virgula dezesseis por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

b.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior, até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

III - poderão ser aplicadas, ainda, as seguintes sanções sem prejuízo das multas cabíveis, nos termos dos incisos anteriores:

a) impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas na alínea b do item II;

b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nos itens II, alínea "a", e III desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a prevista nos itens I, II, alínea "b", facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista no item III, alínea "b".

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade do **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ou será descontado por ocasião do pagamento a ser efetuado pelo INSS, podendo ainda ser descontado da garantia oferecida ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas e/ou outras penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a **CONTRATADA** não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitos pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** deverá comunicar ao **CONTRATANTE** os casos de que trata o item anterior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no Parágrafo Quarto, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da **CONTRATADA** assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescisão nos termos dos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão do Contrato, nos termos do Art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII e XVIII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo quanto ao inciso XVII;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo de licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão deverá ser acompanhada do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PROPOSTA

I - O presente Contrato fundamenta-se:

- a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e no Lei Complementar nº 123/2006;
- b) subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93;
- c) na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

II - O presente Contrato vincula-se aos termos:

- a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2018, e seus anexos, constante do processo nº 35301.001777/2017-38;
- b) da Proposta vencedora da **CONTRATADA**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

[Assinatura]

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, como no Boletim de Serviço do INSS, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Subseção/Seção Judiciária da Justiça Federal de Rio de Janeiro/RJ, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do **CONTRATANTE**, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/93, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019.

[Assinatura]
PELO CONTRATANTE

[Assinatura]
PELA CONTRATADA

20178129-1 IDENT.

TESTEMUNHAS

[Assinatura]
ASSINATURA CPF/M 0710734

[Assinatura]
ASSINATURA CPF/MF
172.060.064-34